



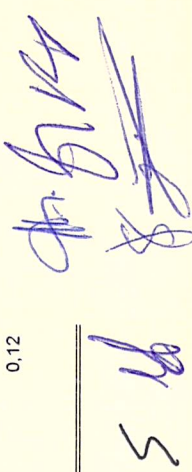
*Demonstrações
Financeiras Intermediárias*

*30 de setembro de 2019
(em milhares de reais)*

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO RESULTADO
(em milhares de reais)

	Nota	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018
Receita líquida	25	257.696	246.201	726.114	664.340
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	26	(85.597)	(101.818)	(261.544)	(331.308)
Lucro bruto.....		172.099	144.383	464.570	333.032
Outras receitas (despesas) operacionais		(115.327)	(80.946)	(286.539)	(225.899)
Despesas administrativas e gerais	27	(56.263)	(56.314)	(160.746)	(180.027)
Outras receitas operacionais	28	243	276	849	916
Outras despesas operacionais	29	(59.307)	(24.908)	(126.642)	(46.788)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		56.772	63.437	178.031	107.133
Resultado financeiro		(1.531)	(12.356)	(18.105)	(37.293)
Receitas financeiras	30	12.254	4.574	24.906	11.041
Despesas financeiras	30	(13.785)	(16.930)	(43.011)	(48.334)
Lucro (prejuízo) operacional.....		55.241	51.081	159.926	69.840
Imposto de renda e Contribuição Social.....	31	(21.444)	(21.311)	(62.605)	(35.992)
Corrente		(28.748)	(19.723)	(72.623)	(31.978)
Diferido.....		7.304	(1.588)	10.018	(4.014)
Lucro antes da participação dos empregados.....		33.797	29.770	97.321	33.848
Participação dos empregados no lucro.....	32	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício.....		33.797	29.770	97.321	33.848
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,12	0,11	0,36	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
		RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS		
Em 31 de dezembro de 2017	1.414.100	312	4.430	-	1.418.842
Resgate de ações minoritários privados.....	-	-	(443)	-	(443)
Resultado do Período de 01/01/2018 a 30/09/2018.....	-	-	-	33.848	33.848
Em 30 de setembro de 2018	1.414.100	312	3.987	33.848	1.452.247
Em 31 de dezembro de 2018	1.414.100	-	-	(464.426)	949.674
Resultado do Período de 01/01/2019 a 30/09/2019.....	-	-	-	97.321	97.321
Em 30 de setembro de 2019	1.414.100	-	-	(367.104)	1.046.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DOS FLUXOS DE CAIXA
(em milhares de reais)

	01/07/2019 a		01/07/2018 a		01/01/2019 a		01/01/2018 a	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2018	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2018
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais								
Valores recebidos de clientes	320.893	266.787	266.787	266.787	854.002	854.002	737.807	737.807
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(28.503)	(47.869)	(47.869)	(47.869)	(99.923)	(99.923)	(186.150)	(186.150)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(59.266)	(65.130)	(65.130)	(65.130)	(184.320)	(184.320)	(197.247)	(197.247)
Valores pagos de encargos sociais	(16.786)	(17.463)	(17.463)	(17.463)	(53.244)	(53.244)	(54.888)	(54.888)
Valores pagos de contingências	(23.691)	(24.483)	(24.483)	(24.483)	(73.927)	(73.927)	(86.266)	(86.266)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(18.000)	(28.876)	(28.876)	(28.876)	(84.191)	(84.191)	(78.773)	(78.773)
Valores pagos de imposto de renda e contribuição social	(25.762)	(16.489)	(16.489)	(16.489)	(68.108)	(68.108)	(23.909)	(23.909)
Valores pagos de juros	(138)	(1.206)	(1.206)	(1.206)	(685)	(685)	(3.981)	(3.981)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	13.552	(4.896)	(4.896)	(4.896)	(3.950)	(3.950)	(23.785)	(23.785)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	162.299	60.375	60.375	60.375	285.654	285.654	82.808	82.808
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos								
Aquisição de imobilizado	4.090	(5.860)	(5.860)	(5.860)	(14.493)	(14.493)	(36.264)	(36.264)
Aquisição de intangível	4	-	-	-	(60)	(60)	(303)	(303)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	4.094	(5.860)	(5.860)	(5.860)	(14.553)	(14.553)	(36.567)	(36.567)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos								
Recursos de acionistas	-	1.210	1.210	1.210	184	184	25.612	25.612
Juros e dividendos sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	-	1.210	1.210	1.210	184	184	24.112	24.112
Aumento (redução) nas disponibilidades	166.393	55.725	55.725	55.725	271.285	271.285	70.353	70.353
Saldo inicial de caixa e equivalentes	311.332	123.587	123.587	123.587	206.440	206.440	108.959	108.959
Saldo final de caixa e equivalentes	477.725	179.313	179.313	179.313	477.725	477.725	179.313	179.313
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	166.393	55.725	55.725	55.725	271.285	271.285	70.354	70.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30/09/2019
3º Trimestre de 2019
em milhares de reais, exceto pela nota nº 33

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma empresa pública, de capital autorizado, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio. Em 29/12/2016, foi assinado o Convênio 001/2016, com vigência de 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura, para o Porto de Santos administrar o Terminal Pesqueiro de Laguna/SC. A rescisão deste convenio se dará em outubro de 2019.

Em agosto de 2019, através do Decreto nº 9.972 de 14/08/2019 e da Resolução nº69 de 21/08/2019, a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), foi qualificada pelo Governo Federal para ser desestatizada no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI). Desta forma, a previsão é de que os estudos para desestatização sejam aprovados até novembro de 2020 e segundo a Autoridade Portuária, a PPI poderá ser decisiva para a revitalização da companhia, já que ela poderá se enquadrar em um IPO (oferta pública de ações, sigla em inglês), o que permitirá a inclusão da empresa em um ambiente do novo mercado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os todos os Pronunciamentos Contábeis (CPC), como o CPC 46 entre outros, aplicáveis ao 3º Trimestre findo em 30 de setembro de 2019, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da sociedade e de apresentação.

Instrumentos financeiros:

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

a) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (Impairment):

O CPC 48 substitui o modelo de perda incorrida estabelecido pelo CPC 38 pelo modelo de perda esperada. Perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis.

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros:

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo. O CPC 48 eliminou as seguintes categorias estabelecidas pelo CPC 38: mantidos até o vencimento, para negociação e disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço.

Redução ao valor recuperável (Impairment):

Perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48 (vide Nota Explicativa nº 7).

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis.

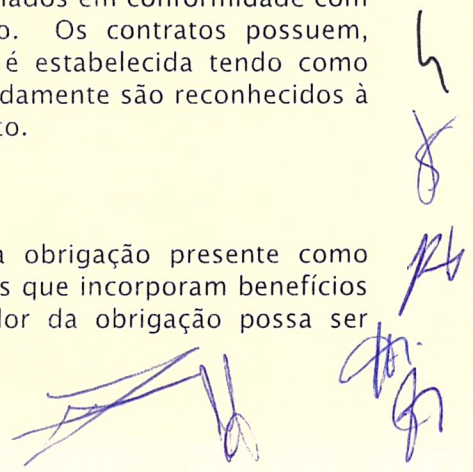
Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

Arrendamentos: A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada arrendatário. Os contratos possuem, também, cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões, ativos e passivos contingentes:

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.



Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível. Os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Imposto de Renda e contribuição social corrente:

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Imposto de Renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, considerando as alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos fiscais não utilizados quando seja provável a existência de lucro tributável.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativa e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

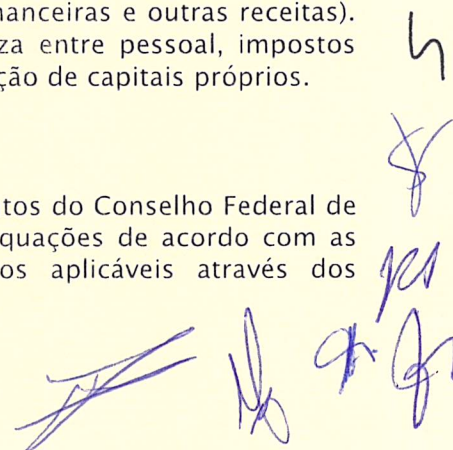
Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:



CPC 04 e CPC 27 – O estudo para revisão da vida útil e recuperabilidade dos bens integrantes destes ativos, não foi concluído até a data de encerramento das demonstrações financeiras, porém, já está em fase de licitação e previstos para ocorrerem no menor período de tempo possível.

CPC33 – Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado nas demonstrações financeiras (Nota Explicativa nº 18).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	10.763	10.944
Aplicações financeiras	466.962	195.496
Total	<u>477.725</u>	<u>206.440</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

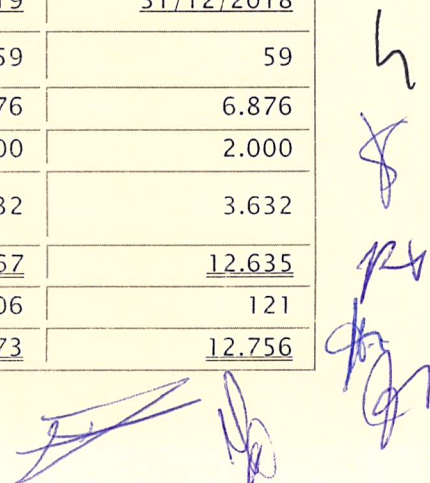
As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, que são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de mercado/realização.

	30/09/2019	31/12/2018
Fundo de renda fixa – BB	228.104	37.470
Fundo de Renda fixa – CEF	238.858	158.026
Total	<u>466.962</u>	<u>195.496</u>

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Banco do Brasil remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 22 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2019. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa.

	30/09/2019	31/12/2018
Valores Vinculados à aplicação em infraestrutura		
Alinhamento de cais no Porto de Santos (SP)	59	59
Sistema de apoio de gestão de tráfego de navios (SP)	6.876	6.876
Sistema portuário de monitoramento de cargas	2.000	2.000
Programa de Gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos nos portos marítimos	3.632	3.632
Subtotal	<u>12.567</u>	<u>12.635</u>
Rendimentos financeiros no período	606	121
Saldo Total	<u>13.173</u>	<u>12.756</u>



Por vezes, a CODESP é obrigada a cumprir compromissos referentes à aplicação em infraestrutura sem o devido recebimento deste valor por parte do Governo Federal. Referente ao exposto anteriormente, em 30/09/2019 a empresa é credora do valor de R\$ 3.664 (R\$ 35 em 31/12/2018), conforme quadro abaixo:

Investimentos em Infraestrutura	30/09/2019	31/12/2018
Reforço do cais entre os armazéns 12 e 23	100	35
Avenida Perimetral - Santos	3.564	-
Total	<u>3.664</u>	<u>35</u>

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	30/09/2019	31/12/2018
Valores a receber de serviços prestados	127.796	138.269
(-) Perdas estimadas c/créditos liquidação duvidosa	(71.167)	(30.150)
Total	<u>56.629</u>	<u>108.119</u>
Circulante	43.940	61.994
Não Circulante	12.689	46.125

O acréscimo verificado em perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa teve sua origem com a inclusão dos valores a receber do Grupo Rodrimar que ajuizou pedido de Recuperação Judicial em 26/05/2019. O procedimento contábil está em conformidade com as orientações contidas no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

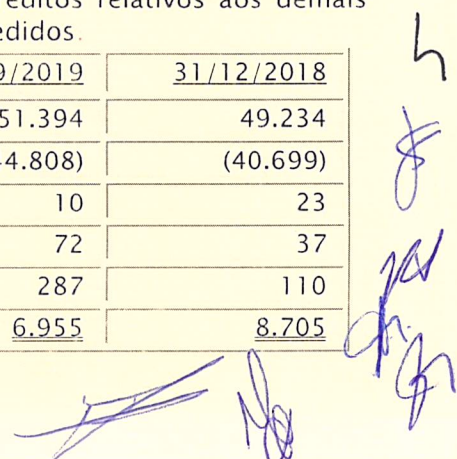
O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	30/09/2019	31/12/2018
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	27.281	49.233
Impostos retidos sobre faturamento	74	72
CSLL paga a maior	1.657	-
Imposto de Renda a Restituir	4.229	-
FGTS pago a maior	225	225
Total	<u>33.466</u>	<u>49.530</u>

9. PARTES RELACIONADAS

Os recursos repassados pelo Porto de Santos ao Terminal Pesqueiro de Laguna/SC, administrado pela CODESP conforme mencionado na nota explicativa nº 1, são de responsabilidade do Ministério da Infraestrutura. Como não existe a certeza do recebimento deste valor, foi constituída Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa para este valor. Os créditos relativos aos demais órgãos se referem exclusivamente a ressarcimento de colaboradores cedidos.

	30/09/2019	31/12/2018
Ministério da Infraestrutura	51.394	49.234
(-) Perdas estimadas c/créditos de liquidação duvidosa	(44.808)	(40.699)
Ministério da Fazenda	10	23
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	72	37
Ministério do Trabalho e Emprego	287	110
Total	<u>6.955</u>	<u>8.705</u>



10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os depósitos recursais visam garantir o recurso de sentença e sua recuperação pode ser considerada remota e os valores estão assim segregados por sua natureza:

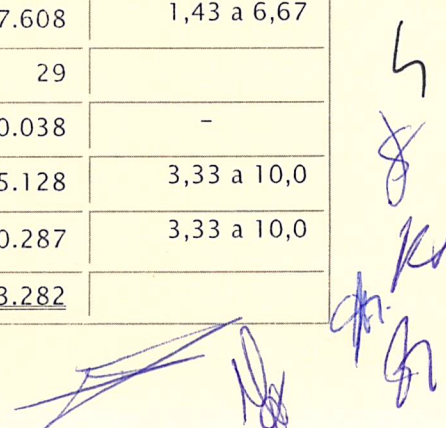
Detalhe	30/09/2019	31/12/2018
Depósitos Recursais Cíveis	21.629	27.400
Depósitos Recursais Trabalhistas	124.735	97.241
Depósitos Recursais Tributários	2.960	2.960
Ações Regressivas Trabalhistas	4.230	4.094
Total	<u>153.554</u>	<u>131.695</u>

11. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado são classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	30/09/2019	31/12/2018	TAXAS DE DEPRECIACÃO (%)
Mobiliário em geral	1.634	1.691	10,0
Veículos	783	876	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	6.066	7.032	3,33 a 10,0
Equipamentos diversos	1.703	1.854	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	99	106	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	8.996	6.134	20,0
Edifícios	29.682	30.555	2,0
Instalações	740.234	748.963	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	169.629	177.882	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	19.914	20.664	1,43 a 6,67
Infraestrutura aquaviária	94.435	94.435	-
Outras construções	540.253	547.608	1,43 a 6,67
Terrenos	29	29	
Obras em andamento	51.121	50.038	-
Bens móveis industriais	4.749	5.128	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	27.867	30.287	3,33 a 10,0
Total	<u>1.697.194</u>	<u>1.723.282</u>	



13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 7.546 (R\$ 10.579 em 31/12/2018) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de até dez anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-2019 a 30-04-2020.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Riscos operacionais	427.492	425.844
Automóveis	3.649	4.249
Responsabilidade civil	30.000	30.500

15 – OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Renegociação de faturas a receber	22.698	33.222
Férias a apropriar	1.892	2.895
Sinistros cobertos por apólice	277	282
Plano de Saúde	524	440
Diversos	69	29
Prefeitura de Santos – Proc. 54014/2006	126	126
Total	<u>25.587</u>	<u>36.994</u>
Circulante	8.489	14.170
Não Circulante	17.097	22.824

Renegociação de faturas é composto por faturas emitidas e não pagas, para as quais foram feitos acordos de pagamento parcelados.

16. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS.

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários a pagar	12.211	11.445
Provisão de férias	37.894	38.658
Provisão de 13º salário	16.182	-
Encargos sociais	6.833	7.712
Remuneração variável de administradores – 2017	119	119
Total	<u>73.239</u>	<u>57.934</u>

h
J
26
G

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	526	420
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	930	994
Retenção para seguridade social - INSS	377	579
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.504	8.906
Programa de integração social - PIS	1.453	1.326
Contribuição financiamento seguridade social-COFINS	6.739	6.230
Imposto sobre serviços - ISS	916	1.088
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.792	5.886
Total - Circulante	<u>24.237</u>	<u>25.429</u>

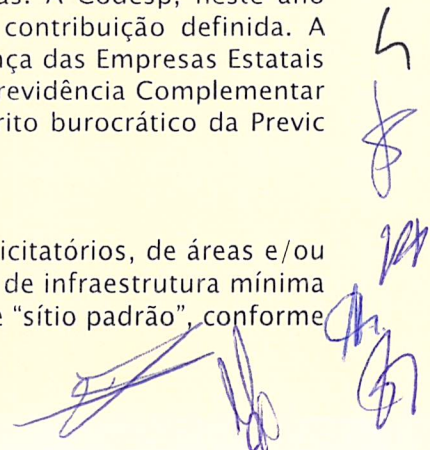
18. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 1.276.789 em 31/12/2018 (sem variações apontadas pelo Portus para 30/09/2019) sendo esse valor não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada. A redução do valor acima com o valor apresentado em 31/12/2017 (R\$ 1.724.967), conforme explicação daquele Instituto de seguridade provém em quase sua totalidade, do efeito nos valores das provisões matemáticas avaliadas em 31/12/2018 considerando o ajuste no Plano de Custeio do PBP1, que passou a vigorar a partir de 01/04/2018, cujos repasses não ocorreram em função de liminares concedidas aos representantes dos participantes e a quitação da dívida de RTSA pela CODESP. As contribuições da empresa com base na folha salarial até o período encerrado em 30/09/2019 foram no montante de R\$ 11.713 (R\$ 16.674 em 31/12/2018 e R\$ 12.199 em 30/09/2018).

Desde o ano de 2011 o Portus está sob intervenção federal para corrigir e sanar o fundo, garantindo a preservação dos direitos dos participantes. Atualmente, todos os envolvidos (Governo Federal, Previc, patrocinadoras, participantes ativos e assistidos entre outros) estão tentando encontrar uma solução para sanar de vez os graves problemas financeiros e evitar a liquidação do Fundo de Previdência Complementar dos Empregados do sistema portuário. Já foram efetuadas várias tentativas de sanar esse déficit atuarial como diminuição dos valores pagos aos participantes assistidos, aumento na contribuição dos participantes ativos e rapasses das patrocinadoras ao Portus que não foram aprovados por todas as patrocinadoras envolvidas. A Codesp, neste ano também, solicitou migrar do plano de benefício definido para um de contribuição definida. A solução técnica foi chancelada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia, e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e, dessa forma, a Codesp sairia do Portus. Para isso, existe um rito burocrático da Previc que deve demorar de seis meses a um ano.

19. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A empresa mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de "sítio padrão", conforme a seguir descritas:



a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);

b) Sítio de Retro Área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos cujas áreas existam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, a serem realizadas pelo arrendatário, serão ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

A composição do débito está demonstrada no quadro abaixo:

Arrendatário	Desembolso até	Índice	30/09/2019	31/12/2018
Brasil Term. Portuário S.A	30/01/2027	IGP-M	114.245	121.793
Ecoporto Santos S/A	30/06/2023	TJLP	8.359	9.561
Total			<u>122.604</u>	<u>131.354</u>
Circulante			17.808	17.192
Não Circulante			104.796	114.162

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Atualmente a empresa não possui riscos relevantes tributários e, por esta razão, não possui provisão tributária. Com base em informações do departamento jurídico é efetuada uma análise das demandas judiciais pendentes e constitui provisão em montante para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

Movimentação das Provisões	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis	TOTAL
Saldo em 31/12/2017	150.197	181.837	332.034
(+) Adições	65.682	28.669	94.351
(-) Reversão e baixas	(6.894)	(30.165)	(37.059)
Saldo em 31/12/2018	<u>208.985</u>	<u>180.341</u>	<u>389.326</u>
(+) Adições	42.458	67.948	110.406
(-) Reversão e baixas	(13.892)	(16.502)	(30.394)
Saldo em 30/09/2019	<u>237.551</u>	<u>231.787</u>	<u>469.338</u>
Circulante	214.056	140.489	354.545
Não Circulante	23.495	91.298	114.793

Os passivos Cíveis e Trabalhistas tiveram um crescimento alto no ano de 2019 devido a novos estudos e atualização das provisões efetuadas pelo departamento jurídico da empresa.

Provisões trabalhistas

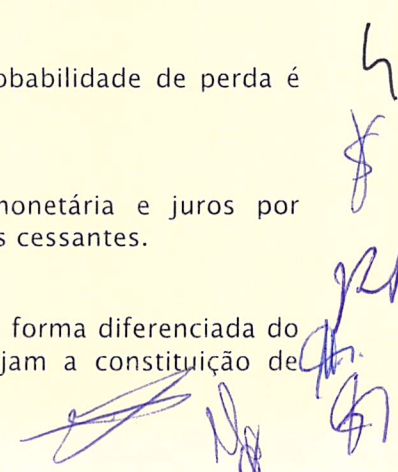
Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável pelo departamento jurídico.

Provisões cíveis

Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso, ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

Provisões Tributárias

A empresa não se utiliza de recursos jurídicos para recolher os tributos de forma diferenciada do previsto na legislação. Portanto, não existem fatos geradores que ensejam a constituição de



provisão para recolhimentos efetuados em desacordo com a legislação. A exceção ao mencionado é em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, que as Prefeituras Municipais de Santos e Guarujá entendem incidir sobre os imóveis utilizados no Porto de Santos, de propriedade da União, e que não estão registradas no ativo imobilizado da CODESP.

Considerando os julgamentos pelo E. Supremo Tribunal Federal (processos nº 3029/95, 4099/94, 1982/04, 7099/92, 5787/95 e 5765/95) através da 1ª e 2ª Turmas que reconheceram a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela CODESP, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472), e conforme parecer do departamento jurídico é desnecessário a constituição de provisão.

Passivos contingentes

Em 30/09/2019, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R\$ 111.911.547,82 e relacionadas a contingências cíveis foi de R\$ 39.197.814,54.

21. RECEITA DIFERIDA

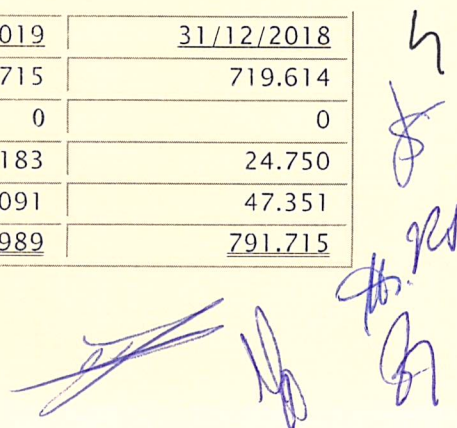
Os contratos de arrendamentos assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06. Os contratos com receita diferida são PRES.69/1997, DP-DC.02/2009, DP-DC.01/2010 e DIPRE.45/2016. No resultado do exercício foi reconhecida à receita a importância de R\$ 19.281.225,06 (R\$ 25.556.163,84 em 31/12/2018), conforme composição abaixo:

	<u>PRES.69/1997</u>	<u>DP-DC.02/09</u>	<u>DP-DC.01/10</u>	<u>DIPRE.45/16</u>	<u>TOTAL</u>
Saldo 31/12/2017	25.082	148.772	184.026	2.928	360.808
Receita diferida no período	-	-	2.434	-	2.434
Apropriações no período	(5.101)	(8.751)	(10.826)	(878)	(25.556)
Saldo em 31/12/2018	<u>19.981</u>	<u>140.021</u>	<u>175.634</u>	<u>2.050</u>	<u>337.686</u>
Receita diferida no período	-	-	-	-	-
Apropriações no período	(3.825)	(6.564)	(8.233)	(659)	(19.281)
Saldo em 30/09/2019	<u>16.155</u>	<u>133.457</u>	<u>167.402</u>	<u>1.391</u>	<u>318.405</u>

22. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo em 1º de janeiro	791.715	719.614
Aumento de capital no exercício	0	0
Créditos da UNIÃO no exercício	183	24.750
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	37.091	47.351
Saldo em 31 de dezembro	<u>828.989</u>	<u>791.715</u>



23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/09/2019	31/12/2018
Adicional de tarifa portuária	6.476	6.476
Adiantamento de Tarifa Portuária	18.696	3.402
Cauções	6.465	4.868
Empréstimos para funcionários	358	399
Pensões Judiciais	545	585
Contribuições Sociais e Sindicais	326	275
Diversos	288	592
Convênio 002/1990 - União	42.758	39.438
Total	75.912	56.035
Circulante	33.154	16.597
Não Circulante	42.758	39.438

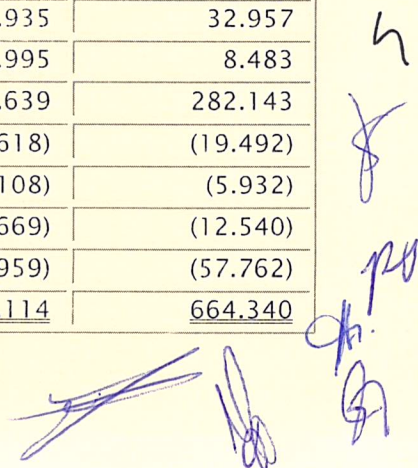
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social em 30 de setembro de 2019 é representado por 136.827.367.225 ações ordinárias e 136.852.828.482 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. O último aumento de capital foi efetuado pela AGE de 19/06/2015 com homologação na AGE de 27/11/2015. Atualmente a CODESP é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal, com 273.680.195.271 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 436 ações (0,00000016%).

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As principais receitas da Codesp veem das tarifas cobradas pelo uso da infraestrutura e dos valores cobrados com o arrendamento de áreas dentro do Porto de Santos. A formação do valor de Receita Líquida é demonstrada no quadro abaixo. O aumento nas receitas tarifárias e de arrendamento, no exercício é devido aos reajustes das tarifas em junho de 2018 e os reajustes anuais dos contratos de arrendamento ocorridas neste exercício, perfazendo um aumento médio de 9% (nove por cento) na receita líquida do 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018. A formação da receita líquida é composta conforme quadro abaixo.

	30/09/2019	30/09/2018
Receitas tarifárias		
- Utilização da infraestrutura portuária	392.393	355.515
- Utilização da infraestrutura terrestre	95.506	80.968
- Fornecimento de energia	33.935	32.957
- Outras receitas	9.995	8.483
Receitas de arrendamento	301.639	282.143
(-) Imposto sobre serviços - ISS	(24.618)	(19.492)
(-) Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(6.108)	(5.932)
(-) Programa de integração social - PIS	(13.669)	(12.540)
(-) Contribuição financiamento seguridade social-COFINS	(62.959)	(57.762)
Total	726.114	664.340



26. CUSTOS OPERACIONAIS

O detalhamento dos Custos Operacionais está indicado no quadro abaixo, sendo que a diminuição ocorrida nos custos acumulados do 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018 se deve, principalmente, a diminuição nos serviços de terceiros, através de renegociações dos contratos existentes ou da contratação de novas empresas com valores menores.

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	124.457	129.134
Encargos sociais	37.458	39.865
Serviços de terceiros	57.006	121.190
Depreciação	34.320	33.001
Aluguéis	1.251	1.297
Utilidades, serviços e materiais	7.052	6.821
Total	<u>261.544</u>	<u>331.308</u>

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

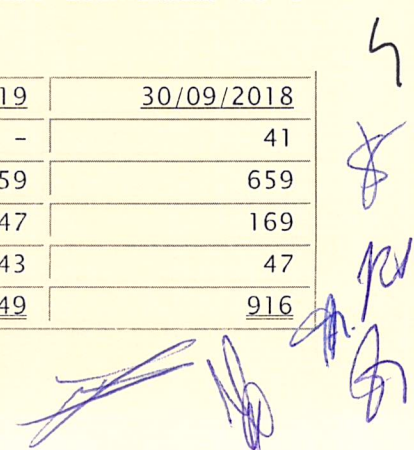
No quadro abaixo está o detalhamento das despesas administrativas e gerais, sendo que a diminuição do valor no 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018, conforme ocorreu nos custos operacionais, se deu em virtude da diminuição nos serviços de terceiros, através de renegociações dos contratos existentes ou através de contratações de outras empresas com valores menores.

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	78.412	80.426
Encargos sociais	16.571	17.044
Serviços de Terceiros	11.543	22.722
Aluguéis	5.181	7.636
Utilidades e serviços e materiais	7.198	7.672
Impostos, taxas e contribuições	1.657	1.193
Demandas judiciais	36.749	38.690
Órgãos Colegiados	2.503	2.798
Outras despesas	932	1.846
Total	<u>160.746</u>	<u>180.027</u>

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

No quadro abaixo está o detalhamento das outras receitas operacionais acumuladas do 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018.

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Reversão de provisões	-	41
Cessão do direito operacional da folha de pagamento	659	659
Indenizações e Multas Contratuais	147	169
Diversas	43	47
Total	<u>849</u>	<u>916</u>



29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

O detalhamento de Outras Despesas Operacionais está indicado no quadro abaixo, sendo que o aumento ocorrido no 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018 se deve, principalmente, com relação ao aumento nas provisões cíveis e trabalhistas, devido à atualização das provisões efetuadas pelo departamento jurídico da empresa.

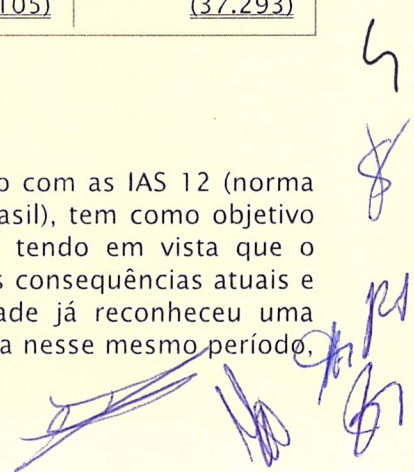
	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	80.012	28.525
Perda Estimada para créditos de liquidação duvidosa	45.127	5.476
Multas	1.010	193
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	-	9.887
Perdas com Créditos - Decisão Judicial	-	2.559
Outras	493	148
Total	<u>126.642</u>	<u>46.788</u>

30. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	6.692	3.425
Rendimentos de aplicações financeiras	17.837	6.808
Outras	377	808
Subtotal	<u>24.906</u>	<u>11.041</u>
Despesas Financeiras		
Variação monetária e cambial	(5.227)	(11.321)
Juros pagos ou incorridos	(37.784)	(37.013)
Subtotal	<u>(43.011)</u>	<u>(48.334)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(18.105)</u>	<u>(37.293)</u>

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A apuração do imposto de renda e contribuição social diferido, de acordo com as IAS 12 (norma internacional de contabilidade) e o CPC 32 (norma correspondente no Brasil), tem como objetivo prescrever o tratamento contábil a ser dado ao imposto sobre lucros, tendo em vista que o principal problema que se apresenta ao contabilizar é a forma de tratar as consequências atuais e futuras. Segundo o princípio contábil da competência, se a contabilidade já reconheceu uma receita ou lucro, tal despesa de Imposto de Renda (IR) deve ser reconhecida nesse mesmo período,



mesmo que tais receitas e lucros tenham a sua tributação diferida para efeitos fiscais. O Imposto de Renda diferido ocorre quando determinados custos ou despesas, que já foram contabilizados no exercício, são dedutíveis para fins de imposto de renda, apenas em exercícios posteriores, quando efetivamente forem confirmados ou pagos, chamados de temporários. As diferenças temporárias surgem quando se inclui receitas ou despesas no resultado contábil em um período e a tributação dessas despesas são incluídas em período diferente, ou seja, há diferença entre o lucro contábil e o lucro fiscal que é utilizado para calcular o Imposto de Renda. Na CODESP, a base do IRPJ e CSLL diferidos são formadas, principalmente, por Provisões trabalhistas, cíveis, créditos de liquidação duvidosa, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL de períodos anteriores. A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados. Os impostos diferidos estão detalhada no quadro abaixo:

DETALHAMENTO	31/12/2018			
	VALOR	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
PROV.TRABALHISTA	208.985	52.246	18.809	71.055
PROV.CÍVEL	180.341	45.085	16.231	61.316
CRED.LIQ.DUVIDOSA	30.150	7.537	2.713	10.250
BASE NEGATIVA CSLL	1.017.163	-	91.546	91.546
PREJ.FISCAL IRPJ	1.019.897	254.974	-	254.974
TOTAL	2.456.536	359.842	129.299	489.141
DETALHAMENTO	30/09/2019			
	VALOR	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
PROV.TRABALHISTA	237.551	59.388	21.379	80.767
PROV.CÍVEL	231.787	57.947	20.861	78.808
CRED.LIQ.DUVIDOSA	71.167	17.792	6.405	24.197
BASE NEGATIVA CSLL	925.379	-	83.284	83.284
PREJ.FISCAL IRPJ	928.411	232.103	-	232.103
TOTAL	2.394.295	367.230	131.929	499.159

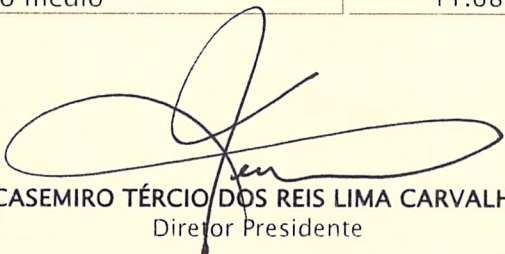
32. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A empresa reconhece a participação nos resultados com base no lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

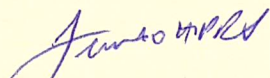
33. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: setembro/2019) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:


<u>ADMINISTRADORES</u>	em reais
- maior remuneração	40.062,37
<u>EMPREGADOS</u>	
- maior remuneração	40.239,91
- menor remuneração	1.103,14
- salário médio	11.683,77



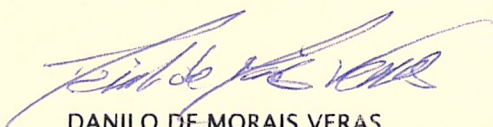
CASEMIRO TÉRCIO DOS REIS LIMA CARVALHO
Diretor Presidente



FERNANDO H. PASSOS BIRAL
Diretor de Administração e Finanças



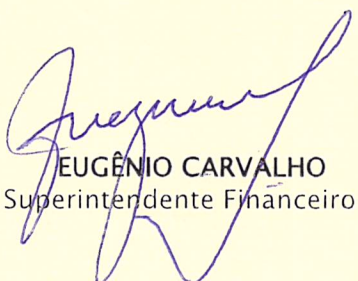
MARCELO RIBEIRO DE SOUZA
Diretor de Operações



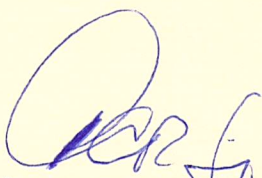
DANILO DE MORAIS VERAS
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação



JENNYFER TSAI
Diretora de Infraestrutura



EUGÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro



PÊRSIO BELLUOMINI MORAES
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP215355/O-0

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
CNPJ Nº 44.837.524/0001-07
Santos (SP)

INTRODUÇÃO

Revisamos o balanço patrimonial condensado da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, em 30 de setembro de 2019, e as respectivas demonstrações condensadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data. A administração é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

ALCANCE DA REVISÃO

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

- 1) Conforme especificado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial.

A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 1.276.789 em 31/12/2018 (sem variações apontadas pelo Portus para 30/09/2019) sendo esse valor não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada.

2) Conforme **Nota Explicativa nº 4**, os registros contábeis da companhia **não atendem ao disposto nas Normas Contábeis, conforme abaixo:**

- **CPC 04 e CPC 27** – O estudo para revisão da vida útil e recuperabilidade dos bens integrantes do ativo da companhia não foi concluído até a data de encerramento dessas demonstrações financeiras. A companhia informa que o processo para contratação desse serviço está em fase de licitação e previstos para ocorrerem no menor período de tempo possível.
- **CPC33** – Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controverso e critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado nas demonstrações financeiras (**Nota Explicativa nº 18**).

CONCLUSÃO COM RESSALVA

Com base em nossa revisão, com exceção do assunto descrito no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias levantadas em 30/09/2019 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto (SP), 12 de novembro de 2019.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0